



CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA: PROJEÇÃO SIMBÓLICA

André Luiz Piva de Carvalho¹

Resumo: A construção da identidade social se processa no âmbito das projeções simbólicas articuladas pelas práticas do cotidiano com exaltação das diferenças culturais dos grupos humanos que delineiam um mundo de “alteridades identitárias”, apesar de a força dos projetos totalizantes em função dos interesses econômicos decorrentes da globalização com interesse de homogeneizar as identidades, configurando a dialética que é contextualizada neste trabalho.

Identities sociais têm suas bases conceituais e gênese epistemológica, naturalmente, como não poderia deixar ser, no foco da antropologia, com seus pesquisadores interessados nas investigações sobre as características comuns de indivíduos de determinada comunidade (usos e costumes, tradições, estilos de vida, estruturas familiares, miscigenações, comportamentos psicossociais, preferências artísticas e estéticas etc).

Entretanto, a nossa proposta é tratar da questão em termos de “construção identitária”, no âmbito da visão multidisciplinar de estudos culturais, lembrando que a expressão “identitária” empregada neste estudo não faz parte do vocabulário da língua portuguesa, por isso sua grafia entre aspas, numa prática de neologismo, procurando exprimir nossa concepção particular do tema, assim como também faremos com a expressão “identidaridade”². Foi a solução que encontramos para definir precisamente a proposta de tratar de construção identitária a partir, sim, de bases conceituais inerentes a identidades sociais, considerando as características comuns de indivíduos de determinada comunidade (usos e costumes, tradições, estilos de vida, estruturas familiares, miscigenações, comportamentos psicossociais, preferências e vivências artísticas e estéticas etc), porém juntando tais fatores exclusivamente humanos com o ambiente físico geomorfológico e sócio-espacial e os demais fenômenos da vida cotidiana que se interpõem e definem as relações entre o homem e a terra, tais como a vivência social, a política, a educação, a economia e a comunicação social, além de

¹ Docente do Departamento de Comunicação e Turismo da Universidade Federal da Paraíba e doutorando do Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia

² “Identidaridade”, em nosso segundo neologismo, teria o sentido de ser o produto, o resultado final de determinada construção identitária.

outras ocorrências do dia a dia, inclusive as mediações exteriores, considerando as heterogeneidades dos aspectos territoriais e culturais que constroem a identidade social, derivadas dos fatos que pululam no seu cotidiano e tecem suas redes simbólicas, seus processos enunciativos de “identificação”.

Daí entendermos construção identitária como um “texto representativo” elaborado por alguém, nos moldes de uma produção de sentido específica, um processo de identificação, que “pode funcionar como afirmação ou como imposição de identidade. A identidade é sempre uma concessão, uma negociação entre uma ‘auto-identidade’ definida por si mesmo e uma ‘hetero-identidade’ ou uma ‘exo-identidade’ definida pelos outros” (Simon, *apud* Cuche, 2002, p. 183-184).

A construção identitária passa, então, pelo processo de produção de sentido, de “criação imagética”³, como construto do imaginário desencadeado pelos simbolismos (imagens) circulantes nas práticas cotidianas que vão compondo o conjunto identitário de determinado grupo humano, moldando seus sujeitos e decidindo pela condução da vida societária, podendo ser nomeada e enunciada, simbolicamente⁴, numa interpretação específica por um determinado sujeito, que enfrenta o desafio de formular, ou expressar uma identidaridade, podendo ser o membro do próprio grupo “identificado”, como qualquer outra pessoa que enuncia alguma criação identitária: jornalista, escritor, político, pesquisador, artista, cineasta, fotógrafo, além dos demais agentes que experimentam a aventura de percorrer a trilha da “identificação”.

Entendemos construção identitária na concepção de “imagem veiculada”, ou “projeção simbólica”, de determinada formulação discursiva, em conformidade com os

³ “A construção de uma identidade passa, inapelavelmente, pelo terreno das imagens, galeria de retratos e marcas através das quais aparecemos na cena social” (França, 2002, p. 7). Nesse caso, a imagem deve ser considerada na sua sinonímia de representação abstrata, perceptível no plano mental, no seu estatuto de produção de sentidos o que redundando em liames com o imaginário, tanto na ótica de quem enuncia, como na interpretação de quem recebe a “imagem”. Imaginário como significação simbólica, inscrição iniciante e também final de alguma significação.

⁴ É curioso percebermos que, diante de sua característica simbólica, a imagem identitária, em termos de enunciação, é representada materialmente na sua sinonímia de imagem concreta quando aparece gravada em algum dispositivo tangível, caso da fotografia, do cinema, do vídeo etc, como também na forma gestual: posso estar na China, mas ao ver alguém fazendo o sinal de positivo, com o dedo polegar em riste, podemos identificar um sinal de identidade brasileira. No ordenamento do campo dos signos a representatividade imagética identitária pode ser recepcionada pelos demais sentidos humanos além da visão, a audição, o paladar, o olfato e o tátil. A fala oral, assim como as demais linguagens sonoras, emana projeções imagéticas: uma música instrumental de alguma região é muito identitária; um enólogo pode distinguir um vinho de determinada região da Itália apenas pelo sabor; assim como a um perfume francês pode ter sua origem detectada por um especialista apenas ao sentir a fragrância no ar. A popular brincadeira entre amigos, aquela de se tapar com as mãos os olhos de alguém sem que seja visto ao chegar por detrás, é concluída quando o adivinho identifica quem o está tocando.

estudos contemporâneos multidisciplinares que determinam sobre a premissa de a construção identitária somente aparecer na forma discursiva, por meio de simbolismos.

Nos circuitos acadêmicos, onde viceja mais fortemente o salutar debate dialético, prevalece o entendimento consensual sobre a legitimação dos estudos sobre alteridades a partir da visão dualista que recomenda a audição dos dois lados dos agentes “construtores de identidades”.

Discurso de identidade, discurso de alteridade: essa frase sintetiza e introduz o tema de nossa reflexão e a perspectiva a ser trabalhada aqui: a discussão da ‘identidade’ é, no mesmo movimento, a discussão da ‘alteridade’, da diferença. ‘Nós’ e o ‘outro’ são pares indissociáveis (França, 2002, p. 27).

1. Construções identitárias como projeções simbólicas

A formulação de uma identidaridade é montada simbolicamente num processo de semiose⁵, justapondo blocos (signos) que produzem sentidos num papel que podemos definir como representativo ou simbólico, de identificação, segundo alguma imagem enunciada socialmente com o atributo de provocar imaginários, sendo que o próprio interesse acadêmico pelo tema nos parece ser uma pista teleológica sobre o caráter representativo de construção identitária.

A recente moda da identidade é o prolongamento do fenômeno da exaltação da diferença que surgiu nos anos setenta e que levou tendências ideológicas muito diversas e até opostas a fazer a apologia da sociedade multicultural, por um lado, ou, por outro lado, a exaltação da idéia de “cada um por si para manter sua identidade” (Moura, 2005, p. 89).

Ao atravessar os terrenos de imagem e imaginário nos aventurando a tratar de construção identitária, no estatuto da representação, afastamos qualquer idéia que possa entender o processo como uma ilusão, ou algo puramente abstrato. Claro que imagem e imaginário se apresentam como campos eivados de subjetividades, e em estágios de enunciações são intangíveis, “materializando-se” somente no patamar das representações mentais, mas o que importa é sua eficácia social ao produzir efeitos reais.

⁵ Processo de geração de significação e sentido, a partir do qual é possível acompanhar e compreender a evolução de um simples sinal ao estatuto de signo e sua participação nos sentidos do texto, da imagem ou qualquer outro meio da comunicação, conforme estudos da semiótica.

Não podemos jamais contrapor, em termos de representação, imagem simbólica ao real, mesmo considerando as lúcidas contribuições de Gilles Deleuze, Guy Debord e Jean Baudrillard, que, respectivamente, denunciam nossa atual “civilização de imagens”, “sociedade do espetáculo” e “sociedade do consumo e do simulacro”.

No entanto, não podemos olhar apenas para o viés teórico da imagem, desconsiderando seus efeitos simbólicos nas ações reais do homem e nas relações sociais, parâmetros para a reflexão crítica mais precisa da atualidade. Como não perceber, por exemplo, os efeitos da mídia na construção da identidade social na continuidade cotidiana?

O problema não é opor as vivências da realidade ao discurso, considerando os enunciados sobre formulações identitárias num plano apenas subjetivo das interações sociais cotidianas, mas articular idéias e contextualizações que percebam a produção cultural e a construção identitária em diferentes dimensões, diante de sua ingerência em matéria de interesse público e de relevância política.

A formulação de identidades sociais evoluem nos seus próprios processos históricos, a exemplo da construção identitária do Brasil em discursos reconhecidos como “fundadores”⁶, segundo Orlandi (1993, p. 12):

Aqueles que vão nos inventando um passado inequívoco e empurrando um futuro pela frente e que nos dão a sensação de estarmos dentro de uma história de um conhecido: diga ao povo que fico, quem for brasileiro siga-me, “libertas quae sera tamen”, independência ou morte, em se plantando tudo dá etc.

As representações (ou projeções simbólicas) fazem os indivíduos em seu interior ver e crer, conhecer e reconhecer, havendo quem assume o papel de organizar as manifestações políticas, sociais e culturais impondo-as ao coletivo. Está em jogo, portanto, a capacidade de impor um sentido consensual ao grupo, seu sentimento de unidade e identidade. Por se fazer presente em enunciados de “construções discursivas”, seu caráter é abstrato, algo delineado por determinada produção de sentido. “Nunca é uma certeza dada, nem resulta simplesmente de um traço do fenótipo, ou seja, da aparência” (Moura, 2005, p. 89).

⁶ “Mais especificamente, em relação à história de um país, os discursos fundadores são discursos que funcionam como referência básica no imaginário constitutivo desse país. E a nossa tarefa é então mostrar como é que eles se estabilizam como referência na construção da memória nacional” (Orlandi, 1993, p. 7).

Para Bourdieu (1989, p. 112) a identidade regional (ou de qualquer outro tipo de identidade), na prática social, é manifesta em representações, mentais (percepções e apreciações, conhecimentos e reconhecimentos, objetos de investimentos dos interesses e pressupostos dos agentes sociais) e materiais: coisas concretas ou ações estratégicas interessadas na manipulação simbólica com o intuito de “determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores”.

Para nós, em particular, é primordial a idéia de identidade como “coisa representada”, de “construção identitária”, principalmente por ser decorrente de uma criação acadêmica multidisciplinar com menos de 40 anos, uma “invenção” intelectual, produção de conhecimento científico de algo que já é de gênese e natureza simbólica. Caracteriza-se, assim, uma linguagem para descrever e interpretar uma outra linguagem, ou seja, procurando significar algo que já é transmitido simbolicamente, uma transcrição metalingüística ou “metadiscursiva”, reforçando a idéia de procedimentos de “representação”. Consideramos tal processo como uma legitimação à nossa abordagem.

2. O papel acadêmico, político e representativo da construção identitária

Os meios sociais emanam projeções imagéticas⁷, gerando de si próprios realidades culturais e identitárias de determinados momentos histórico-sociais. Ou seja, os indivíduos de determinado grupo humano, também constroem seus simbolismos e representações, conforme a visão de Sovik (*in* Hall, 2006, p. 15) ao comentar as idéias de Stuart Hall: “A identidade é um lugar que se assume, uma costura de posição e contexto, e não uma essência ou substância a ser examinada”.

“Projeções imagéticas” da identidade social, mediante seu estatuto de abstracionismo, somente podem ser percebidas em algum dispositivo de materialização que “represente” algum processo identitário, e, ao representar, “constrói”, ação natural e comum em qualquer relação especular.

A identidade é uma espécie de foco virtual ao qual nos é indispensável referir para explicar certo número de coisas, mas sem que tenha jamais uma existência real, (...) sua existência é puramente teórica: é a existência de um limite ao qual não corresponde, na realidade, nenhuma experiência (Levy Strauss *apud* Penna, 1992, p. 14).

⁷ “Nosso estudo propôs-se a fazer uma leitura de alguns dos muitos espelhos (não seriam reflexos?) que uma comunidade específica, a brasileira, produziu de si mesma, num momento específico do alvorecer de seu meio milênio. Esses ‘espelhos’ se constituem pela produção de imagens que promovem a identificação; imagens da semelhança e da diferença, que tanto unificam os iguais como permitem a acomodação da pluralidade” (França, 2007, p.7).

É entre o povo, então, na sua vida cotidiana, com a percepção das intrincadas questões sociais e do manancial espontâneo das manifestações culturais, que aprendemos a identificar o mundo e o ver como dotado de sentido, em função de seus lugares difusos e efervescentes, de posições convergentes e divergentes, de identidades possíveis de serem percebidas a “olho nu”. Porém, somente compreendidas se atentarmos para suas teias de significação.

A construção do real, conforme as colocações de Certeau (1994), é realizada na “invenção do cotidiano”, por conjuntos de reações, reinterpretações, criações, conformismos, resistências, que dotam cotidianamente a vida social de dinâmicas específicas. Entretanto, lembremos que significações produzem sentidos díspares, de forma que a idéia de construção identitária remete a uma ação simbólica, restando-nos, então, discutir os agentes ativos e suas motivações que desencadeiam os processos construtivos.

A emersão, insinuação, estabelecimento ou consolidação de uma identidade é um processo consideravelmente complexo, que pode ser observado tanto no âmbito macropolítico, historiográfico, quanto no âmbito existencial, íntimo (Moura, 2005, p. 79).

Por fim, acreditamos que os processos construtivos identitários, histórica e estruturalmente se desenvolvem entre de relações de poder, geralmente nas lutas de classes, na dicotomia de tentativas de dominação e resistência, situando-se, assim, no terreno superdimensionado da política que influi diretamente no controle ou na exploração econômica e nas tentativas de imposição cultural.

3. Construção identitária em tempos de globalização

Pensamos em construção identitária, como projeção simbólica, e na consideração da horizontalidade entre diferentes culturas e identidades sociais, sem supremacias qualitativas, de modo que possibilidades de representações se encontram abertas às diferentes formulações discursivas de vários agentes, coisa que se acirra no campo temático da globalização, teia polissêmica, instigante para embates teóricos multidisciplinares.

O fenômeno globalizante, na sua materialização, conduz com maestria os processos culturais e identitários, interpondo-os em dualidade: o real vivenciado pelas pessoas, e a representação conforme suas projeções simbólicas, com efeitos concretos nas realidades das sociedades envolvidas.

A questão principal situa-se na dialética que, de um lado, numa perspectiva crítica, talvez até um pouco apocalíptica, denuncia a força avassaladora do modelo permeado pelo mercado e o consumo, destinado apenas a fomentar o lucro das corporações multinacionais e fortalecer o imperialismo político das potências mundiais. Desse modo, haveria a desfiguração e anulação das culturas e das formas identitárias autóctones dos países periféricos que não resistiriam à homogeneização, ficando em risco a grande diversidade cultural do planeta.

Do outro lado, para a vertente acadêmica otimista, a globalização, apesar de o domínio de sua lógica econômica mercantilista, inclusive na condução dos processos midiáticos, estaria proporcionando a organização de sociedades menos favorecidas, enfatizando seu referencial identitário de modo a legitimar e obter reconhecimento de suas alteridades, compondo, assim, uma via de mão dupla: a captação e processamento das culturas exteriores juntando-os aos modelos locais, de forma a particularizar ainda mais o lugar, cada vez mais diferenciado, não por causa exclusiva das relações e influências das culturas inter-regionais ou internacionais, mas também em virtude de uma nova vivência cidadã compartilhada⁸, principalmente nas grandes cidades.

Porém há um consenso, que mesmo o pensar mais ortodoxo em defesa de formas identitárias originais e autênticas imunes às transnacionalizações culturais aceita: não há como negar, empírica ou teoricamente, as alteridades.

A globalização (na forma da especialização flexível e da estratégia de criação de “nichos” de mercado), na verdade, explora a diferenciação local. Assim, ao invés de pensar no global como ‘substituindo’ o local, seria mais acurado pensar uma nova articulação entre ‘o global’ e ‘o local’. (...) Entretanto parece improvável que a globalização vá simplesmente destruir as identidades nacionais. É mais provável que ela vá produzir, simultaneamente, *novas* identificações ‘globais’ e ‘novas’ identificações ‘locais’ (Hall, 2001, p. 77 e 78).

3.1. Construções simbólicas da globalização homogênea

Pensamentos críticos denotam à globalização a mesma base política colonial inaugurada pela expansão européia a partir do século XVI, considerando-a nada mais que uma nova forma de dominação, continuísmo do modelo colonizador que adentrou até a segunda metade do século XX – considerando-se que diversas nações africanas

⁸ “De tanto crescer para fora, as metrópoles adquirem características de muitos lugares. A cidade passa a ser um caleidoscópio de padrões, valores culturais, línguas e dialetos, religiões e seitas, etnias e raças. Distintos modos de ser passam a concentrar-se e a conviver no mesmo lugar, convertidos em síntese do mundo” (Ianni, 1997).

continuaram como colônias européias até este período –, cuja estrutura econômica desenvolveu-se com o tráfico de escravos e extrativismo predatório de matérias-primas, imposições culturais e estratificações identitárias. Desse modo, o ideário globalizante economicista prega que os países periféricos somente podem aspirar progresso e desenvolvimento de forma endógena, ou seja, aceitando a ideologia político-mercantil que, fatalmente, traz a em seu bojo a intervenção cultural dos centros hegemônicos que distribuem o capital.

O processo sugere uma construção identitária às avessas no âmbito da comunicação: no passado colonial interessava ao poder central o isolamento do lugar subjugado, para que ele não tomasse conhecimento das idéias progressistas libertárias, a exemplo da Revolução Francesa. Era totalmente impróprio para a Metrópole Portuguesa, por exemplo, que no Brasil circulassem os revolucionários ideais da época: *la liberté est blanc, la égalité est bleu et la fraternité est rouge*.

Hoje, ao contrário, as ações unificantes procuram trazer as regiões, antes dominadas, hoje dependentes (economicamente), para o incontinente mundo da informação. Os lugares “dos outros”, vistos no passado, por olhares etnocentristas “superiores”, com cultura e identidade “diferentes, toscas e inferiores”, permaneciam afastados culturalmente da civilização. Com economia incipiente não poderiam participar do mundo das trocas. Mas agora, nestes momentos globalizantes, são convidados a serem iguais.

O sistema, imbuído de princípios da unicidade cultural do consumo, supervaloriza “o dinheiro em estado puro”⁹ – material não transparente, eivado de opacidades, que não nos permite vislumbrar em sua indumentária qualquer combinação das cores relativas à liberdade, igualdade e fraternidade.

A teleologia econômica não mais depende da ideologia política ou de contornos culturais. Agindo com autonomia, não mais precisa se preocupar com a aspiração por liberdade das sociedades periféricas (antes colonizadas, hoje dependentes), mas sim com suas potencialidades de consumo, para enquadrá-las no objetivo mercadológico. É como se houvesse a seguinte determinação: – “Antes vocês não podiam consumir aquilo

⁹ “Entre os fatores constitutivos da globalização, em seu caráter perverso atual, encontram-se a forma como a informação é oferecida à humanidade e a emergência do dinheiro em estado puro como motor da vida econômica e social. São duas violências centrais, alicerces do sistema ideológico que justifica as ações hegemônicas e leva ao império das fabulações, a percepções fragmentadas e ao discurso único do mundo, base dos novos totalitarismos – isto é, dos globalitarismos – a que estamos assistindo” (Santos, 2005, p. 38).

que está na sua terra porque era nosso, mas agora vocês devem consumir o que é nosso e vem de nossa terra”.

A plenitude retórica da globalização procura estabelecer o convencimento de que a base cultural se alicerça no consumo. Nada de mais, do ponto de vista simbólico, diante de as constelações de produtos culturais industrializados que pululam em nosso cotidiano em ofertas de variedades incomensuráveis. Mas o problema começa a parecer mais grave quando, por exemplo, o neoliberalismo não encontra resistências para seu modelo fundamentado em bases mercantis de lucro, e ainda contorna práticas culturais. Suas ações minam até mesmo as consciências político-econômicas culturais internas, como nos mostrou o projeto do ex-governo de Fernando Henrique Cardoso. O discurso de desenvolvimento da “livre iniciativa”, já de início traz a linguagem implícita de investimento, quando sabemos que somente investe quem possui recursos para tal. Com o objetivo de lucro, traz em suas enunciações as máximas sobre “eficiência técnica”, “progresso tecnológico”, “desvinculação com o atraso”, “mudança de filosofia empresarial”, na verdade novas retóricas para o colonialismo que perdurou até o século XIX.

Hoje, o “império do capital e da exploração” com novas semânticas para a adesão ideológica, como não deixaria de ser, encontram ressonâncias internas, especialmente onde há, por exemplo, um “*Bob Fields*”. Célebre e irônico apelido interposto pela esquerda brasileira ao político e economista Roberto Campos, que assim diagnosticava, num de seus artigos, publicado no jornal *Folha de São Paulo*, em 25 de agosto de 1996:

Boa parte do nosso subdesenvolvimento se explica em termos culturais. Ao contrário dos anglo-saxões, que pregam a racionalidade e a competição, nossos componentes culturais são a cultura ibérica do privilégio, a cultura indígena da indolência e a cultura negra da magia. (Campos *apud* Constantino, 2004)

Mesmo em tempos de neoliberalismo global, considerando ainda que a análise é de propriedade de um legítimo e histórico representante da direita, que sempre se pautou pela ideologia econômico-cultural *made in USA* – motivo pelo qual seu cognome, *Bob Fields*, ser um deleite para os opositores –, parece inacreditável que um pronunciamento, tão vinculado a idéias colonialistas e a etnocentrismos negativos, ainda pudesse ser veiculado como foro de verdade.

Entretanto, o referido político não estava sozinho. Seu artigo tratava de referendar o pensamento dos dois autores hispano-americanos que escreveram o beste

seller *Manual do perfeito idiota latino-americano*. O conteúdo da obra esmera-se em procurar desautorizar as idéias nacionalistas de esquerda da América Latina, utilizando a retórica liberal que argüi em favor das ações de desenvolvimento e riqueza pelo esforço individual e da livre concorrência nos mercados nacionais e internacionais, além de negar a existência de forças econômicas imperialistas.

As ações globalizantes nem têm intenção de influir nas questões identitárias, já que seus princípios autônomos ditando pelos “meios e fins”, fecham-se em si mesmos, na unidimensionalidade da economia mercadológica. Mas seus reflexos culturais atingem forte e diretamente as construções identitárias de sociedades circunscritas ao consumo. Passam à margem do humanismo, seu despotismo entronizado na monetarização dá de ombros à solidariedade. Mesmo se tivesse consciência humana não se sentiria responsável pelo mundo caótico, disperso e estratificado onde opera, de criminalidade assombrosa, falta de perspectivas, aquecimento global, confrontos armados, além de muitas outras mazelas.

A visão humanístico-histórica mostra que os valores econômicos voltados para as posses materiais como um todo, até um passado recente, não seccionava as pessoas de suas relações humanísticas e sociais. O homem não agia “economicamente” apenas para atender seus interesses individuais de bem estar no gozo de produtos e serviços, mas também para obter segurança patrimonial e projeção social, conquistas com valores intrínsecos, mesmo em se tratando de atos moralmente condenáveis, como a riqueza ostensiva ou o poder político despota, abrigando até a escravidão. Um quadro injusto com idiossincrasias utópicas, mas real, em conformidade com o humanismo possível na sociedade desigual da época, diferentemente do modelo globalizante voltado apenas para a posse material desprovida de valores humanísticos. Nele, a valorização do dinheiro apenas em seu “estado puro”, o “ter pelo ter”, a “coisa pela coisa”, como se tudo que é sólido pudesse realmente se “desmanchar no ar”, e o humanismo tão rarefeito que não se pode nem respirar.

De nossa parte, seguidamente assistimos boquiabertos, nosso governo alardear triunfalmente que pagou mais uma parcela de juros de muitos bilhões de dólares da dívida externa. Entre nossa estupefação e ao mesmo tempo conformismo – já que não podemos fazer nada –, lemos a informação, mas no editorial vem o aviso de que “se não pagar é pior”, vamos convivendo junto ao turbilhão fantasmagórico da economia estatal globalizada.

Em meio deste mundo “psicologicamente monetário”, observamos um fato emblemático recente devidamente pautado pela mídia: os lucros recordes dos principais bancos brasileiros no ano de 2007, os quais, respectivamente, chegaram a alcançar montantes de oito bilhões de reais. Momento propício para o presidente da República se defender das críticas, e até mesmo de vaias durante sua presença em atos públicos, e declarar: “Quem mais me critica são aqueles que mais têm ganho dinheiro no meu governo”.

Obviamente não é uma declaração ingênua, o presidente sabe estar fazendo apenas retórica político-publicitária. Ele sabe que a máxima “para os amigos tudo, para os inimigos a lei” pode servir nos quadrantes dos cargos públicos, mas não no mundo das finanças. Seus agentes não precisam de nada, nem de ninguém, muito menos de amigos ou inimigos. Sabem que sua supremacia financeira é inatingível. O mundo sob um olhar mais justo lhes parece incompreensível, por isso não consideram a urgência social, a democracia igualitária da solidariedade e fraternidade, para eles “coisas do mundo das fábulas”.

3.3. Construções simbólicas da globalização plural

Na linha da reflexão opositora à globalização os sistemas do fenômeno são vistos a partir de sua lógica de mercado consumista, como um campo uniforme, universal e comum a todos, em esfera planetária, ou pelo menos aglutinando mercados potenciais de consumo que, no âmbito da economia da cultura, sugere homogeneização identitária. Porém, essa interpretação encontra resistências, por parte daqueles que não negam a força da cultura Macworld¹⁰, mas preferem desviar seu olhar para uma outra dimensão.

Assim, do outro lado do debate, apresentam-se as vozes contemporizadoras. Percebendo e perscrutando a efetividade da globalização, principalmente no plano simbólico, procuramos pela contribuição do professor Milton Santos (2005, p. 18-21) que, com metáforas, classifica e interpreta três entendimentos sobre Globalização. *O fenômeno “como fábula – o mundo tal como nos fazem crer; o mundo como é: a globalização como perversidade; e o mundo como pode ser: uma outra globalização”.*

¹⁰ “A cultura americana universal Mcworld é quase irresistível. No Japão, por exemplo, os hambúrgueres e as batatas fritas praticamente substituíram as massas e os sushis; os adolescentes debatem-se com expressões inglesas cujos significados mal percebem para parecerem cool. Na França, onde mais de dez anos os puristas da cultura fazem guerra à depravações do *franglês*, a saúde econômica mede-se também pelo sucesso da Disneylândia-Paris. O sucesso repentino do Halloween, como nova festa francesa para estimular o comércio no período de marasmo que antecede o Natal, não é senão o exemplo mais consternador dessa tendência à americanização” (Barber, 2005, p. 44).

O mundo visto como fábula tem o sistema globalizante enunciado em projeções fantasiosas cuja contumácia tomaria foro de verdade, em discursos que procuram apresentar “um mercador avassalador dito global, como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas” (*ibidem*, p. 19), levando de roldão até mesmo governos comprometidos com a primazia do social, os quais não têm saída: abandonam o povo para atender às exigências especulativas dos capitais internacionais.

A globalização como perversidade, em conformidade com a realidade, nos dota de um mundo de desemprego e pobreza, baixa qualidade de vida, assistência à saúde e educação deficientes; maior proliferação de egoísmos e corrupção, comportamentos decorrentes à desenfreada adesão aos comportamentos competitivos modulados pelas nações hegemônicas.

Mas, Santos (*op. cit.*) também é otimista ao vislumbrar a possibilidade de “uma outra globalização – o mundo como pode ser”, mais humano, revertendo a tecnologia do capital para outros objetivos políticos e sociais, solidários, já que existem pré-disposições para uma nova história, mediante a mistura de povos, raças e culturas, “uma verdadeira sociodiversidade”. Havendo, no plano teórico a inédita oportunidade de tratar de uma nova universalidade empírica que não seria apenas uma abstração mental de filósofos, mas sim o resultado da experiência cotidiana.

Edgard Morin (2005), ao escrever *Uma mundialização plural*, artigo trata de “culturas e identidades plurais”, ao abordar diversidades e alteridades no meio do mundo transnacional, aceita e contextualiza a perversidade do modelo global mercadológico, compondo um conjunto de considerações que encontram respaldos num certo grupo de pensadores. No entanto, também partilha de entendimentos comuns com outros tipos de intelectuais, assumindo seu otimismo contemporizador sobre possíveis reações humanas.

De fato, a civilização ocidental produziu os antídotos à barbárie que ela mesma engendrou; embora insuficientes e frágeis eles minaram a escravidão; as idéias emancipadoras assimiladas pelos subjugados, levaram às descolonizações na maior do globo. Segundo um notável paradoxo histórico, que se revela novo para o direito das mulheres, a matriz da maior e mais durável dominação foi também aquela das idéias emancipadoras. Foi preciso, portanto, lutar contra o imperialismo ocidental para aplicar os valores ocidentais (*ibidem*, p. 349).

Se a ideologia político-econômica de grupos hegemônicos procura impor articulações de senso comum, com pretensas representações culturais e identitárias

“superiores”, é barrada, justamente, por culturas ideológicas antagônicas, que nada têm de identificação com as políticas e culturas do mundo ocidental “homogêneo”, e se portam de maneira contrária. Os movimentos fundamentalistas islâmicos impõem feroz resistência, principalmente com seguidos atentados terroristas, inclusive com o fatídico e emblemático ataque às torres gêmeas do *World Trade Center* em 11 de setembro de 2001, a maciça presença imigratória nas grandes cidades européias e nos Estados Unidos que fortalecem minorias étnicas e sociais, entre outros fenômenos contemporâneos.

O conjunto da cultura McWorld, de consumo, é uma presença cotidiana em nossas vidas, mas a alteridade se faz presente nas suas dimensões relacionais de identidade, com importantes inferências no mundo midiático e globalizado, trazendo à baila o sentimento e a necessidade de reivindicar e exaltar o “pertencimento”. Percebemos sólidas evidências da presença de resistências por parte de modelos culturais híbridos e do pertencer identitário singular, na atualidade e no futuro, em que pesem o intercâmbio com identidades plurais, inclusive porque esses movimentos marcam presença secular na vida societária. Portanto, são bem mais antigos que os sistemas globalizantes dos últimos 19 anos (considerando seu início em 1989), evidenciados e monitorados por “outros que também sabem ser iguais”. A primeira reivindicação da alteridade é o sentimento da independência, inclusive aceitando trocas com sociedades diversas. O processo é forte e contundente, simbólico, intermita no imaginário, “num movimento de potencialização da ‘diferença’ e de exposição constante de cada cultura às ‘outras’, de minha identidade àquela do outro” (Barbero, 2005, p. 60).

Se do ponto de vista cultural e de formulação identitária o modelo manifesta seus simbolismos em favor da homogeneização, os discursos representativos opositores atestam a diferenciação, apontando, inclusive, para novas compreensões de diversidades, descartando em princípio qualquer idéia reacionária sobre riscos de contaminação de manifestações de culturas externas, mas percebendo, contrariamente, o fortalecimento das diferenças. No fenômeno, nossa sociedade, nosso mundo, se reconhece melhor e se auto legitima com maior propriedade em suas alteridades ao conhecer as diferentes características do outro. Corpos podem permanecer separados e estáticos, porém os espíritos andam, às vezes até voam, e o olhar alcança o horizonte.

Nos conteúdos intrínsecos de formas, funções e múltiplos fenômenos de cada comunidade surgem as diferenças como construções naturais dos grupos humanos. A

ancoragem territorial, a permanência física no local, é preponderante em virtude de a visível corporeidade da vida cotidiana e da temporalidade, com a presença de laços afetivos e sociais nas ações coletivas, base da heterogeneidade humana e da reciprocidade promotora das interações sociais, perpassando pelos entroncamentos do global. Mas seguindo suas próprias trilhas, tecendo seus roteiros de proximidades, adaptações, criações e solidariedades. No comboio que segue adiante seus veículos podem conter componentes importados, mas a montagem é realizada no Brasil, contudo, o que importa é o condutor e passageiros brasileiros.

Para Hall (1996, p. 70), identidades não devem ser vistas com “posicionamento” definido e estático, em virtude de a adaptação às referências externas, sendo que uma posição se define sempre em relação à outra, na interação com os discursos apreendidos objetos e práticas simbólicas que situam o sujeito no mundo na comparação de nosso local com outro lugar. Desse modo, nosso lugar marca sua posição, o lugar que construímos em meio a enunciados que atestam nossa alteridade.

O *Afro reggae* da Bahia e do Maranhão, por exemplo, buscou a perceptível inspiração do Caribe, mas apresentam expressões originais. O *Mangue Beach* do pernambucano Chico Saenz, por sua vez, utilizou o som do tradicional maracatu de sua terra para misturá-lo com rock, apresentando um novo ritmo. Os exemplos são muitos e significativos na cultura brasileira aberta e dinâmica, pulsando a cada dia.

O fato de as criações e manifestações espontâneas, originais e autênticas terem nascidas num determinado lugar, não significaram que deixaram de receber um sopro vindo de longe, de modo que até mesmo as expressões artísticas populares, não cerceadas por antigas fronteiras rígidas, ficam abertas a mobilidades e experiências evolutivas.

Concluindo em termos de “construção identitária plural”, resumidamente, vemos seus simbolismos a partir de seu primeiro estágio real, na dinâmica do grupo social, porém percebidos em seus meandros apenas em termos de representação imagética que desencadeiam imaginários, a vida prosaica cotidiana dando seu curso em meio às influências tecnológicas e simbólicas da atualidade, com maior ou menor adaptação. Diante de a possível acomodação de uns, temos as lutas de outros por afirmação de suas identidades, cidadania e formas de reconhecimento, sua inclusão em conformidade com seus próprios valores culturais. Cada sociedade, histórica e presentemente, vai criando sua própria construção identitária, atribuindo-lhe significações específicas, mediando seu mundo, unindo e separando grupos conforme as relações de força estabelecidas.

Ao reconhecer o processo no âmbito da linguagem, percebemos signos atribuindo sentidos às formulações identitárias na vida social, num conjunto de articulações peculiares, ações de construções de mundos, privilégio de compreensão por enfoques de análises de formulações discursivas, em seu papel instrumental de trazer o real para o mundo dos signos, das enunciações. Trata-se, em primeiro lugar, de ver o mundo real inaudito, para depois (re)criá-lo de acordo com as possibilidades do entorno.

Referências Bibliográficas

- BARBERO, Jesus Martín-. Globalização comunicacional e transformação cultural. In: Dênis de Moraes (org.). **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 57-86.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. São Paulo: Difel, 1989.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas: como entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 2001.
- CERTEAU, Michel. **A Invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2. ed. Bauru, SP: Edusc, 2002.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Os Estudos Culturais**. In: HOHLFELDT, Antonio; FRANÇA, Vera Regina Veiga (org.). **Imagens do Brasil: modos de ver, modos de conviver**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- _____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- MORAES, Denis de. O capital da mídia na lógica da globalização. In: MORAES, Denis de (org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 187-216.
- MORIN, Edgard. Uma mundialização plural. In: MORAES, Denis de (org.). **Por uma outra Comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 349-366.
- _____. **O método 3: o conhecimento do conhecimento**. Porto Alegre: Sulina, 1999.
- MOURA, Milton. Identidades. In: Rubim, Antonio Albino Canelas (org.). **Cultura e atualidade**. Salvador: Edufba, 2005. p. 77-91.
- ORLANDI, Eni Pucinelli. **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas, SP: Pontes, 1993. p. 11-25.
- PENNA, Maura. **O que faz ser nordestino: identidades sociais, interesses e o “escândalo Erundina”**. São Paulo: Cortez, 1992.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Cultura e atualidade**. Salvador: Edufba, 2005. p. 11-28.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- SILVEIRA, Renato. Etnicidades. In: Rubim, Antonio Albino Canelas (org.). **Cultura e atualidade**. Salvador: Edufba, 2005.
- SODRÉ, Muniz. O globalismo com neobarbárie. In: MORAES, Dênis de (org.). **Por uma outra Comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 21-40.